

DETRAN / MT

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019/DETRAN/MT

Regido pela [Lei Federal nº 8.666/1993](#) e suas alterações e pelo [Decreto Federal nº 9.412/2018](#).

Objeto:

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para execução de obra de revitalização e ampliação do Complexo da Sede do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT.

**TOMADA DE PREÇOS, DO TIPO MENOR PREÇO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
PROCESSO Nº 512367/2019**

Data: 21/11/2019

Credenciamento: 08h30min as 09h00min (HORÁRIO LOCAL)

Início da Sessão: 09h01min (HORÁRIO LOCAL)

Endereço para retirada do EDITAL

O Edital completo poderá ser retirado no site www.gestao.mt.gov.br, no Portal Transparência do DETRAN/MT em <https://www.detrان.mt.gov.br/web/detrان-transparencia/tomada-de-precos>, bem como estará disponível para consulta no DETRAN-MT - Coordenadoria de Aquisições e Contratos - [Av. Dr. Hélio Ribeiro, 1.000 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá-MT](#), de segunda a sexta-feira no horário local das 08h00 às 17h00. Fone ☎: (65) 3615-4757/4791; ou solicitado via e-mail ✉: licitacoes@detrان.mt.gov.br.

Local:

Sala de Reuniões da Presidência do DETRAN/MT - [Av. Dr. Hélio Ribeiro, 1.000 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá-MT](#).

Comissão Permanente de Licitação

Presidente: Sr(a) **MAX DE MORAES LUCIDOS**.

e-mail ✉: licitacoes@detrان.mt.gov.br

Telefone ☎: (65) 3615-4757/4791



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MENSAGEM ÀS LICITANTES

Em cumprimento da legislação o DETRAN/MT poderá instaurar processos administrativos com vistas à apenação da empresa que não mantiver a proposta, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Em momento anterior ao de apresentação dos envelopes, as licitantes deverão analisar cuidadosamente o inteiro teor deste Edital e dos respectivos anexos, compreender todos os seus termos, certificar-se de que dispõe dos recursos materiais e humanos necessários para participar da Sessão Pública e obter a certeza de que toda a documentação exigida está atualizada, de acordo com exigências editalícias.

Na fase de recurso, ocorrendo manifestação ou interposição de caráter meramente protelatório, que enseje o retardamento da execução do certame, o DETRAN/MT poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades estabelecidas em Edital.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Sumário

1. PREÂMBULO	4
2. DO OBJETO	4
3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO	5
5. DO LOCAL DE CREDENCIAMENTO, DO CREDENCIAMENTO E DA ABERTURA DA SESSÃO	5
6. DO ACESSO AO EDITAL E DA VISTORIA À OBRA	6
7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	7
8. DA APRESENTA DAS PROPOSTAS E ENTREGA DOS DOCUMENTOS	9
9. DA HABILITAÇÃO	10
10. DA PROPOSTA COMERCIAL	16
11. DOS PROCEDIMENTOS E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	20
12. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO	24
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	25
14. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS	26
15. DA INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS	27
16. DA RESCISÃO	28
17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	28

Anexos:

[Projeto Básico.](#)

[Minuta do Contrato.](#)

[Modelos.](#)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

1. PREÂMBULO

EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019/DETRAN/MT (Processo nº 512367/2019)

1.1. **O ESTADO DE MATO GROSSO**, através do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN-MT**, pela sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 733/2019, de 14 de novembro de 2019, com publicação no Diário Oficial do Estado em 15 de outubro de 2019, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, com a finalidade de selecionar proposta mais vantajosa para a execução do objeto, conforme Projeto Básico e demais anexos deste Edital, em conformidade com a [Lei Federal nº 8.666/1993](#) e alterações subsequentes e [Decreto Federal nº 9.412/2018](#).

1.2. Esta licitação está em conformidade com o Parecer Jurídico nº 270/2019, emitido pela Advocacia Geral do DETRAN/MT, conforme dispõe o art. 38, § único da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

1.3. Este certame será regido pela [Lei Federal nº 8.666/1993](#) e alterações, pelas Leis Complementares Federais nº [101/2000](#) e nº [123/2006](#), [Lei Estadual nº 10.442/2016](#), [Lei Complementar Estadual nº 605/2018](#) e demais normas Federais e Estaduais pertinentes ao caso, obedecendo ainda às determinações deste Edital, suas especificações e anexos, inclusive textos legais referidos neste documento.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para execução de obra de revitalização e ampliação do Complexo da Sede do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT.

2.1.1. O Projeto Básico contendo plantas, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificações da obra, encontram-se à disposição dos interessados para consulta na Coordenadoria de Obras e Engenharia do DETRAN/MT.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os serviços objeto desta licitação estão estimados em **R\$3.298.272,20 (três milhões duzentos e noventa e oito mil duzentos e setenta e dois reais e vinte centavos)**, conforme Anexo I - Projeto Básico.

3.2. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT, unidade Orçamentária 19301 - Reg. PAT. 2388/Estado - Fonte: 193- Elemento de despesa - 4490.5100.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de [tempo](#) no Edital e Avisos observarão o Horário Local (UTC-04:00), porém enquanto vigorar o horário de verão utilizar UTC -03:00;

4.1.1. O Tempo Universal Coordenado (em inglês: *Coordinated Universal Time*), ou UTC (sigla de *Universal Time Coordinated*), também conhecido como tempo civil, é o fuso horário de referência a partir do qual se calculam todas as outras zonas horárias do mundo.

5. DO LOCAL DE CREDENCIAMENTO, DO CREDENCIAMENTO E DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da sessão de licitação ocorrerá na data e horário previsto neste Edital e no aviso da licitação, cujo certame transcorrerá nos termos da legislação e em obediência deste Edital e seus anexos.

5.2. **O Credenciamento será realizado no dia 21/11/2019, das 08:30 às 09:00, momento em que será recepcionado os Envelopes de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS COMERCIAIS pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL.**

5.3. Encerrado o prazo para credenciamento e recebimento dos envelopes, **será dado início à sessão pública de abertura dos envelopes.**

5.4. Para realizar o CREDENCIAMENTO como participante nesta licitação, o representante legal do Licitante deverá apresentar-se à Comissão Permanente de Licitação - CPL, na data e hora prevista no subitem **5.2** desta Tomada de Preço, munido de sua carteira de identidade, ou outro documento equivalente, e de documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a Sessão Pública de abertura dos envelopes de “Habilitação” e “Proposta Comercial” desta Tomada de Preço.

5.4.1. Considerar-se-á como representante legal do Licitante qualquer pessoa que figure como sócio ou administrador no respectivo Contrato Social ou Estatuto Social em vigor; ou ainda que possua instrumento público ou particular de procuração para tal finalidade.

5.4.2. No caso de sócios, administradores e dirigentes, deverá ser apresentada cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto Social, ou ainda de outro ato de investidura equivalente (Ata de Assembleia, etc.), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.4.3. No caso de procuradores, deverá ser apresentada procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório, com menção expressa à outorga de poderes para que possa se manifestar-se em nome do Licitante, em qualquer fase da licitação, como também dar plenos poderes para receber intimações e notificações, para interpor ou renunciar recursos administrativos, bem como demais atos correlatos ao certame.

5.5. **Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados separadamente dos documentos de habilitação, ou seja, caso algum documento de credenciamento também seja exigido para fins de habilitação, deverão ser apresentadas duas vias do mesmo documento, sendo certo que uma via**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

deverá ser apresentada no credenciamento e a outra via deverá constar dentro do Envelope de Habilitação.

5.6. O representante credenciado do Licitante terá competência para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, respondendo, em todos os atos e para todos os efeitos, pelo representado.

5.7. Nas Sessões Públicas desta Tomada de Preço, cada credenciado poderá representar apenas um Licitante, e será o único admitido a intervir no procedimento licitatório.

5.7.1. O previsto no subitem **5.7** não exclui a possibilidade de tantos quantos outros integrantes ou representantes do Licitante se fizerem presentes nas Sessões Públicas, para assistir o ato público, contudo apenas ao representante credenciado do Licitante será oportunizado se manifestar e participar dos trabalhos junto à CPL.

5.8. O não credenciamento, inclusive por falta ou incorreção de documentos, não constituirá motivo para a inabilitação do Licitante ou desclassificação de proposta, contudo, restará vedado a este Licitante declarar a intenção de interpor ou de renunciar recurso administrativo, consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos da licitação.

5.9. A qualquer momento durante a fase do processo licitatório, o Licitante poderá substituir seu representante credenciado junto ao certame.

6. DO ACESSO AO EDITAL E DA VISTORIA À OBRA

6.1. O Edital completo poderá ser retirado no site www.gestao.mt.gov.br - Portal Aquisições da SEPLAG, no Portal Transparência do DETRAN/MT em <https://www.detrان.mt.gov.br/web/detrان-transparencia/tomada-de-precos>, bem como estará disponível para consulta no DETRAN/MT - Coordenadoria de Aquisições e Contratos ou na Coordenadoria de Obras e Engenharia - [Av. Dr. Hélio Ribeiro, 1.000 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá-MT](#), de segunda a sexta-feira no horário local das 08h00 às 16h00. Fone ☎: (65) 3615-4757/4791/4631, ou solicitado via e-mail ✉: licitacoes@detrان.mt.gov.br.

6.2. É facultado a todo e qualquer interessado, para fins de vistas ou requerimento de fotocópias, o acesso à versão impressa do Edital e seus anexos e demais documentos técnicos, que se encontram acostados aos autos do **Processo Administrativo nº 512367/2019**, na Coordenadoria de Aquisições e Contratos, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, de segunda-feira a sexta-feira no período das 08h às 16h.

6.2.1. Quaisquer alegações, formais ou informais, de problemas técnicos, de qualquer natureza, relacionados à abertura e leitura dos arquivos digitais do Edital e seus anexos não importarão em suspensão ou prorrogação do certame.

6.3. É também facultado ao Licitante, por meio de seu responsável Técnico, realizar vistoria ao local da obra, que deverá ser agendada, com antecedência de até 1 (um) dia útil a abertura da Sessão Pública de Abertura da licitação, com a Coordenadoria de Obras e Engenharia do DETRAN/MT, pelo telefone ☎



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

(65) 3615-4631 ou 4804, tendo como objetivo propiciar pleno conhecimento das condições logísticas a serem encontradas antes da formulação da proposta.

6.4. Caso o Licitante opte em não conhecer o local da obra antecipadamente, deverá emitir uma declaração que assume todos os riscos inerentes do não conhecimento das reais condições da obra, conforme modelo 1 do Anexo III - MODELOS do Edital, a qual também deverá ser apresentada no Envelope nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.4.1. A empresa não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo às condições do local de execução dos serviços, podendo incorrer em sanções administrativas.

6.5. Todos os investimentos necessários ao cumprimento do contrato correrão por conta do Licitante vencedor, o qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos requeridos à execução da obra e serviços objeto desta licitação.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas (individuais ou sociedades), de forma isolada, e que comprovem plena validade de inscrição no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos termos da [Instrução Normativa MARE nº 005/1995](#), ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, nos termos do [Decreto Estadual nº 840/2017](#), ou ainda que comprovem habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme exigido no item 9 deste Edital, como também estejam em condições de atender a todas as exigências deste Edital e demais exigências legais aplicáveis ao caso.

7.1.1. O cumprimento deste item será verificado na abertura do envelope de habilitação, no qual deve constar o comprovante de cadastramento por uma das opções mencionadas no item.

7.2. Os Licitantes constituídos como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, na forma da Lei, poderão participar desta licitação utilizando-se, caso queiram, do benefício do tratamento diferenciado e favorecido previsto na [Lei Complementar Federal nº 123/2006](#), [Lei Estadual nº 10.442/2016](#) e [Lei Complementar Estadual nº 605/2018](#).

7.3. **A participação no certame como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI), por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;**

7.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

7.4.1. Empresas declaradas inidôneas para licitar por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta da União, do Estado de Mato Grosso, dos demais Estados da Federação, do Distrito Federal ou dos Municípios.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 7.4.2. Empresas que estejam com o direito de participar de Licitações suspenso por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta do Estado de Mato Grosso.
- 7.4.3. Empresas falidas ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial.
- 7.4.4. Empresas cujo(s) sócio(s), dirigente(s), gerente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) servidor(es) efetivos, comissionados ou empregados no âmbito do Governo do Estado de Mato Grosso.
- 7.4.5. Empresas que, isoladamente ou em consórcio, tenham participado dos trabalhos de elaboração do presente Edital ou do respectivo Projeto Básico.
- 7.4.6. Empresas em consórcio.
- 7.4.7. Empresas inadimplentes em obrigações assumidas com o Governo do Estado de Mato Grosso.
- 7.5. A participação na presente licitação implica na aceitação de todos os termos e condições do Edital e seus anexos, ressalvando-se o disposto no §3º do art. 41 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), e também dos seguintes compromissos:
- 7.5.1. Estar ciente das condições da licitação, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.
- 7.5.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira exigidas na licitação, além daquelas pertinentes à legislação trabalhista e os respectivos recolhimentos dos encargos decorrentes.
- 7.6. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório;
- 7.7. Não será admitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões, e dada às características do mercado, as empresas interessadas podem, de forma isolada, atender as condições e os requisitos de habilitação previstos neste Edital e posteriormente fornecer o objeto. A vedação à participação de consórcio nesta situação, não acarretará prejuízo a competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio. Ademais, a formação de consórcio poderá acarretar risco de dominação do mercado através de pactos o que prejudica a livre competição entre os interessados. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços/aquisições comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

8. DA APRESENTA DAS PROPOSTAS E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

8.1. Os documentos de HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL **deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação - CPL**, nos termos do item **5.2**, em envelopes separados, lacrados, rubricados e identificados da seguinte forma:

8.2. O envelope dos Documentos de Habilitação expressará, em seu exterior, as seguintes informações:

**ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/MT
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019/DETRAN/MT
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE**

8.3. O envelope da Proposta Comercial expressará, em seu exterior as seguintes informações:

**ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/MT
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019/DETRAN/MT
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE**

8.4. Cada Licitante deverá apresentar apenas uma proposta comercial neste certame, sendo vedada a participação na proposta de outra licitante, a qualquer pretexto.

8.5. Serão desconsiderados documentos de habilitação ou propostas comerciais em telex, telegrama, fac-símile (fax), correio eletrônico (*e-mail*), ou por qualquer outra forma diversa da prevista no subitem **8.1**.

8.6. A documentação deve ser apresentada, sob pena de inabilitação ou desclassificação, sem emendas ou rasuras, e de forma legível, e não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, depois de entregues e encerrado o prazo.

8.7. As propostas e toda correspondência e documentos relacionados com a proposta, trocados entre os Licitantes e a Administração, deverão ser redigidos em Língua Portuguesa.

8.8. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8.9. Os documentos de habilitação poderão ainda ser apresentados em cópia simples, desde que os originais sejam apresentados, para fins de autenticação por parte dos membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, bem como possam ser conferidas pelos demais Licitantes.

8.9.1. Os documentos originais que acompanharem as cópias, para efeito de autenticação, serão devolvidos aos interessados após a conferência pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**

8.10. As cópias de documentos originais somente serão aceitas se completamente legíveis, ainda que autenticadas, salvo se houver a possibilidade de realização de diligências por parte da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do art. 43, §3º, da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

8.10.1. Fica reservado à Comissão Permanente de Licitação - CPL o direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.11. A validade dos documentos apresentados será aquela que constar em cada documento, sendo certo que para as certidões e documentos entregues sem data de validade expressa será considerado um prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua emissão, salvo se outra validade for estabelecida em Lei.

8.12. Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ/MF, ressaltando-se aqueles casos em que o próprio órgão emissor declarar, expressamente no referido documento, que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais do Licitante.

8.13. As declarações requeridas por este Edital deverão estar em nome do Licitante, salvo se expressa disposição em contrário.

8.14. Devem ser apresentados apenas os documentos solicitados, evitando-se duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

8.14.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Na fase de habilitação a Comissão Permanente de Licitação - CPL examinará a adequação, segundo as exigências a seguir descritas, da documentação contida no Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

9.2. Os documentos constantes do Envelope nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão conter:

9.3. PARA AS EMPRESAS CADASTRADAS NO SICAF - SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES DA UNIÃO OU NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO MANTIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:

9.3.1. Certificado atualizado do SICAF; **ou** Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, emitido pela SEPLAG/MT. **O Certificado apresentado pelo Licitante deve ser capaz de comprovar todas as exigências dispostas nos arts. 28, 29 e 31 da Lei Federal nº 8.666/1993 conforme disposições do art. 32, §2º e §3º inclusive com a verificação dos índices econômicos e a comprovação de Patrimônio Líquido mínimo** estipulados no itens **9.15.3 e 9.15.4**.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.3.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, §2º da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), podendo ser utilizado o modelo 4 do ANEXO III - MODELOS do Edital.

9.3.3. Declaração de cumprimento das disposições do inciso XXXIII do art. 7º da [Constituição Federal](#), quanto a empregados menores, podendo ser utilizado o modelo 5 do ANEXO III - MODELOS do Edital.

9.3.4. Declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, servidores públicos do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais ou de direção e gerência, podendo ser utilizado o modelo 6 do ANEXO III - MODELOS do Edital.

9.3.5. Declaração de que a empresa Licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo 7 do ANEXO III - MODELOS do Edital.

9.3.6. Qualificação Técnica, conforme o art. 30 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), e nos termos do subitem **9.9** do Edital.

9.4. PARA EMPRESAS NÃO CADASTRADAS NO SICAF OU NA SEPLAG, OU AINDA COM OS SEUS REGISTROS VENCIDOS OU NÃO VÁLIDOS NAQUELES CADASTROS CONSISTIRÁ NA APRESENTAÇÃO DE:

9.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.5.1. Cédula de Identidade ou documento equivalente (dos responsáveis legais da empresa);

9.5.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.5.3. Contrato Social acompanhado da última alteração devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada e, no caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição da diretoria e da Ata de posse da diretoria regularmente arquivada;

9.5.4. A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também:

9.5.4.1. O decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.5.4.2. Documento firmado pela licitante, constituindo seu representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

9.5.5. Para fins de habilitação jurídica, o Licitante deverá demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto desta licitação.

9.6. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), *site*: http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp.

9.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.6.3. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União **abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 8.212/1991**, a mesma poderá ser retirada no *site*: <https://receita.economia.gov.br/>.

9.6.4. Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estadual, a qual poderá ser retirada no *site*: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/>, e a expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário da licitante; [Vide Voto TCE/MT](#).

9.6.4.1. Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões Fiscais e Dívida Ativa, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.

9.6.5. Certidão Negativa de Débitos Fiscais Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário.

9.6.5.1. Poderão ser apresentadas as Certidões de forma consolidada, Fiscais e Dívida Ativa, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.

9.6.6. Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no *site*: <http://www.caixa.gov.br/>.

9.6.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a [Justiça do Trabalho](#), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto Lei Federal nº 5.452/1943](#).

9.6.8. As certidões positivas com efeito de negativas produzirão os mesmos efeitos das certidões negativas, nos termos do [Código Tributário Nacional](#).

9.6.9. Todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista acima exigidas devem se referir ao domicílio tributário da licitante.

9.7. Não será aceita certidão com prazo de validade vencido ou, ainda, comprovante de solicitação de documento, salvo exceções dispostas em Lei.

9.8. OS DOCUMENTOS ELENCADOS NO SUBITEM REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, CASO NÃO SEJAM ANEXADOS PELO LICITANTE E PUDEREM SER AVERIGUADOS ATRAVÉS DA INTERNET, **PODERÃO**, A CRITÉRIO E HAVENDO RECURSOS TECNOLÓGICOS, SER VERIFICADOS PELO(A) PRESIDENTE(A) DA COMISSÃO.

9.9. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.9.1. Certidão de Registro ou inscrição da Empresa, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, do local da sede do licitante; (Acórdão nº 1.328/2010 TCU - Plenário e Acórdão nº 1.117/2012 - 1ª Câmara).

9.9.2. Comprovação da empresa Licitante, de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra e serviços, compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, conforme constante do subitem **9.9.4**.

9.9.3. Atestado(s), com registro no CREA competente, acompanhado(s) da Certidão de Acervo Técnico (CAT), firmado(s) por ente público ou privado, em nome de profissional de nível superior



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da empresa Licitante, que comprove(m) sua responsabilidade técnica na execução de obra, compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação.

9.9.4. Declaração de que a empresa Licitante dispõe do responsável técnico, tratado nos subitens **9.9.2** e **9.9.3**, e de que aquele profissional executará os serviços, assinada tanto por representante legal da empresa Licitante quanto pelo profissional indicado para exercer a responsabilidade técnica, conforme modelo 8 do Anexo III - MODELOS do Edital.

9.9.5. Declaração de que a empresa Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo 7 do Anexo III - MODELOS do Edital.

9.9.6. Declaração de que a empresa Licitante realizou visita técnica ao local da obra, objeto desta licitação, de acordo com previsto no subitem **6.3** deste Edital, e conforme modelo 9 do Anexo III - MODELOS do Edital, ou Declaração de que a empresa Licitante, em eventual ausência de visita prévia ao local da obra, assume todos os riscos inerentes dessa conduta, conforme modelo 1 do Anexo III - MODELOS do Edital.

9.10. É vedada, sob pena de inabilitação dos Licitantes, a indicação de idêntico Responsável Técnico por mais de uma pessoa jurídica Licitante.

9.11. Para comprovação do subitem **9.9.2** (vínculo profissional de profissional detentor de acervo técnico) serão admitidos:

9.11.1. Se sócio, cópia do ato constitutivo ou contrato social vigente com os devidos registros competentes.

9.11.2. Se diretor, cópia do contrato social, em se tratando de sociedades empresárias; ou cópia da ata de eleição, devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedades anônimas;

9.11.3. Se empregado, cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste o Licitante como contratante, ou ainda cópia da ficha ou livro de registro do empregado registrada na Delegacia Regional do Trabalho - DRT.

9.11.4. Se prestador de serviços, cópia de contrato de prestação de serviços firmado com o Licitante, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

9.12. Para atendimento dos requisitos previstos no subitem **9.9.3**, será admitida a soma ilimitada de atestados do Licitante, ou de empresas componentes de Consórcio Licitante, desde que atendam as exigências de conteúdo definidas para o caso; podendo ser apresentado atestado para cada item exigido ou ainda atestado que contenha um ou mais itens exigidos.

9.13. O responsável técnico de que trata nos subitens **9.9.2** e **9.9.3**, no decorrer da execução dos serviços, poderá ser substituído, nos termos do art. 30, §10, da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.14. Na hipótese de a empresa Licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Mato Grosso, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional, quando legalmente exigido, por ocasião da assinatura do contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.15. **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.15.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da [Lei Federal nº 11.101/2005](#), e que está cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

9.15.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, vide [Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário](#).

9.15.2.1. Serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.15.2.2. **Sociedades regidas pela [Lei Federal nº 6.404/1976](#) (sociedade anônima):** publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.15.2.3. **Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA):** acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente. **Sociedade criada no exercício em curso:** fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

9.15.2.4. **DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital - ECD,** consoante disposições contidas no [Decreto Federal nº 6.022/2007](#), regulamentado através da [IN nº 1.420/2013 da RFB](#) e alterações, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

9.15.2.5. **Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na [Lei Complementar Federal nº 123/2006](#) - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":** - acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou declaração simplificada do último imposto de renda ou declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais (DEFIS-IR).

9.15.3. Comprovação de Índice de Liquidez Geral (ILG), de Índice de Solvência Geral (ISG) e de Índice de Liquidez Corrente (ILC) iguais ou superiores a 1 (um), apurados com os valores constantes do balanço, em documento assinado pelo representante legal da empresa e por contador habilitado, de acordo com as seguintes fórmulas:

ILG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
ISG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ILC =	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante
-------	---

9.15.4. Comprovação de Patrimônio Líquido mínimo em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para o Contrato a ser celebrado, conforme descrito no subitem **3.1** deste Edital.

9.15.5. Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

9.16. **DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:**

9.17. Ainda para fins de habilitação, o Licitante deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações:

9.17.1. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da [Constituição Federal](#), conforme modelo 5 do Anexo III - MODELOS do Edital.

9.17.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º do art. 32 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), conforme modelo 4 do Anexo III - MODELOS do Edital.

9.17.3. Declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, servidores públicos do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais ou de direção e gerência, conforme modelo 6 do Anexo III - MODELOS do Edital.

9.17.4. Declaração de que a empresa Licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo 7 do ANEXO III - MODELOS do Edital.

9.18. **Documentação Complementar, exigível nos termos da [Lei Complementar Federal nº 123/2006](#):**

9.18.1. Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da [Lei Complementar Federal nº 123/2006](#). (Conforme modelo [anexo V](#));

9.18.2. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial, ou, quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL, a Licitante deverá apresentar **Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal**;

9.18.3. Quando **não optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar **Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da [Lei Complementar Federal nº 123/2006](#)**;

9.19. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em licitações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.20. A apresentação das declarações previstas no subitem **9.16** não exclui a obrigação do Licitante de apresentar outras declarações previstas em outros subitens deste Edital.

9.21. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (NÃO OBRIGATÓRIO, PORÉM RECOMENDÁVEL):

9.21.1. *Print* da consulta do CNPJ da licitante ao *site*: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU.

9.21.2. *Print* da consulta do CNPJ da licitante ao *site*: <http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis> - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE.

9.21.3. *Print* da consulta do CNPJ da licitante ao *site*: <https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jsp?opcao=todos> - Cadastro de Fornecedores Sancionados/MT.

10. DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1. O Envelope nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a respectiva proposta comercial do Licitante para esta licitação, nos termos deste Edital, devidamente acompanhada de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo 10 do Anexo III - MODELOS do Edital.

10.2. O Licitante deverá elaborar a PROPOSTA COMERCIAL considerando o teor do Anexo I - PROJETO BÁSICO, na qual conste prazo de entrega da obra, prazo de validade da proposta, e esteja acompanhada de Planilha de Preços, de Planilha Composição de Preços Unitários, de Cronograma Físico-Financeiro, de Detalhamento da Bonificação de Despesas Indiretas (BDI ou LDI), e da Escala Salarial de Mão-de-Obra, em conformidade com os modelos 11, 12, 13, 14, 15 e 16 constantes do Anexo III - MODELOS deste EDITAL.

10.2.1. O prazo de entrega dos serviços não poderá ser superior ao previsto no cronograma físico-financeiro da obra e o **prazo de validade da Proposta de Preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, sendo certo que tais prazos serão considerados aplicáveis à Proposta Comercial, na hipótese de omissão dessa informação.

10.2.2. **A Planilha de Composição de Preços Unitários deverá ser apresentada apenas na forma digital.**

10.3. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser entregue impressa, preferencialmente elaborada conforme modelo 11 do ANEXO III - MODELOS do Edital, e ainda deve ser acompanhada de Planilha de Preços, do Cronograma Físico-Financeiro, de Detalhamento da Bonificação de Despesas Indiretas (BDI ou LDI), da Escala Salarial de Mão-de-Obra e de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em conformidade com os modelos constantes do ANEXO III - MODELOS deste EDITAL.

10.3.1. Também deverá constar na PROPOSTA COMERCIAL: número de conta corrente e agência bancária, e respectivo Banco, pelos quais o Licitante pretende receber os pagamentos decorrentes desta Licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

10.3.2. **A Planilha de Composição de Preços Unitários poderá ser apresentada apenas na forma digital nos termos do item 10.5.2 e 10.5.3.** A forma impressa somente será exigida da Licitante vencedora após a veiculação do resultado.

10.4. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, e apresentada com identificação clara e perfeita do Licitante, em encadernação com acabamento em espiral ou grampeada, paginada, datada e assinada, com perfeita indicação do signatário, o qual deverá corresponder a representante legal do Licitante, e sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas ou ressalvas.

10.4.1. Para fins de identificação clara e perfeita do Licitante, a PROPOSTA COMERCIAL deverá indicar: número desta licitação, nome do Licitante, C.N.P.J., endereço completo, telefones, e, se houver, fax e endereço de correio eletrônico (*e-mail*).

10.5. **A PROPOSTA COMERCIAL do Licitante, além da via impressa, também deverá ser apresentada, obrigatoriamente, em via digital, na forma de planilha eletrônica de cálculo, para fins de análise e julgamento pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.**

10.5.1. Havendo divergência entre a via impressa e a via digital da PROPOSTA COMERCIAL, prevalecerá, para fins de julgamento, o teor da via impressa.

10.5.2. **A versão digital da PROPOSTA COMERCIAL deverá ser entregue em mídias do tipo cd-room, dvd-room ou pendrive, no Envelope nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL.**

10.5.3. **Os Arquivos digitais constantes no cd-room, dvd-room ou pendrive deverão ser gravados no formato de arquivo do tipo “.xls”, “.xlsx” ou “.ods”.**

10.6. A PROPOSTA COMERCIAL deverá expressar o Valor Global ofertado para execução do objeto desta licitação, em moeda corrente (Real), em algarismos arábicos e por extenso, sendo certo que não serão aceitas PROPOSTAS COMERCIAIS com valor global total superior ao previsto no subitem **3.1** deste Edital.

10.7. A PROPOSTA COMERCIAL deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução da obra e serviços objeto desta licitação, observados os prazos máximos de execução e fornecimento, as especificações técnicas, os quantitativos, e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, todos previstos no Anexo I - PROJETO BÁSICO do Edital.

10.8. Considerar-se-á que os preços fixados pelo Licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização de equipamentos e da aquisição de materiais necessários à satisfação do objeto deste Edital.

10.8.1. Os preços e cotações, apresentados e considerados para efeito de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.8.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, e que não tenham causado a desclassificação do Licitante, por caracterizar preço inexequível no julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou quaisquer títulos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

10.8.3. A apresentação de quantias irrisórias, para os itens necessários à apresentação da Proposta Comercial, poderá representar inexecutabilidade da proposta, e ensejar a sua respectiva desclassificação.

10.9. A PLANILHA DE PREÇOS deverá respeitar as especificações, quantitativos e unidades da planilha orçamentária, a fim de se propiciar igualdade de condições entre os participantes quando do julgamento das propostas pela CPL.

10.10. Na PLANILHA DE PREÇOS deverá ser proposto um único preço unitário para cada tipo de tarefa, material ou serviço estabelecido na planilha orçamentária base desta licitação, constante no Projeto Básico.

10.10.1. Caberá à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para fins de julgamento, recalculer a PLANILHA DE PREÇOS do Licitante, utilizando sempre o menor preço unitário apresentado naquele documento, na hipótese da PLANILHA DE PREÇOS conter mais de um preço unitário para cada tipo de tarefa, material ou serviço constante da Planilha Orçamentária do Projeto Básico.

10.10.2. O recálculo da planilha de custos da PROPOSTA COMERCIAL, quando ocorrer de ser realizado, deverá ser ratificado pelo Licitante, sob pena de desclassificação.

10.10.3. Para fins da ratificação de que trata o subitem **10.10.2** deste Edital, o Licitante poderá fazê-la mediante consignação expressa de sua anuência em ata, quando o julgamento for proferido em sessão pública; ou ainda mediante protocolo junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT, quando o julgamento for proferido por publicação em imprensa oficial, no mesmo prazo legal para interposição de recursos administrativos, ou seja, 05 (cinco) dias úteis.

10.11. **A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS deverá ser elaborada para todos os itens constantes na PLANILHA DE PREÇOS**, podendo-se utilizar o Modelo 13 do ANEXO III - Modelos do Edital e poderá ser apresentada apenas na forma digital.

10.11.1. A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS deverá contemplar todos os materiais, equipamentos, mão-de-obra e encargos sociais e trabalhistas que entenderem necessários à execução de tarefa ou serviço a que se referem.

10.11.2. A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS deverá também observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, estabelecido em dissídio coletivo, acordos, ou convenções coletivas de trabalho; não cabendo, caso contrário, quaisquer pleitos de acréscimos a esse título, posteriormente à contratação.

10.12. Em caso de divergência entre preços constantes da PLANILHA DE PREÇOS e os constantes da PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, prevalecerão sempre os valores da COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS.

10.13. **Na PLANILHA DE PREÇOS deverá constar indicação de marca/fabricante e, quando houver, do modelo de todos os materiais a serem aplicados na obra.**

10.14. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO deverá ser expresso em dias corridos, a contar da data de início da obra, e também deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

do CRONOGRAMA do Projeto Básico, em conformidade com o Modelo 14 do Anexo III - Modelos do Edital.

10.14.1. Eventualmente, por ocasião da emissão da ordem de serviço ou ainda durante a execução do contrato, a Administração poderá, unilateralmente ou de comum acordo com o contratado, alterar ou adequar o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, visando aos melhores interesses ou condições de execução da obra, sempre formalizando tal alteração por meio de termo aditivo, devidamente justificado.

10.15. O DETALHAMENTO DA BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS (BDI ou LDI) deverá apresentar os itens e despesas que integram a taxa de bonificação de despesas indiretas (BDI ou LDI), aplicada sobre o custo total da obra, tais como taxa de rateio da Administração Central, taxa de risco, seguro do empreendimento, taxa de tributos (COFINS, PIS, ISS), margem de lucro, entre outros, podendo ser utilizado o Modelo 15 do Anexo III - MODELOS do Edital.

10.15.1. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

10.16. A ESCALA SALARIAL DE MÃO-DE-OBRA deverá apresentar os encargos sociais sobre o preço da mão-de-obra a ser empregada na execução do objeto desta licitação, tanto para o caso de trabalhadores horistas ou mensalistas, podendo ser utilizado o Modelo 16 do Anexo III - MODELOS do Edital.

10.17. Considerar-se-á que os preços fixados pelo Licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais.

10.17.1. Os preços e cotações, apresentados e considerados para efeito de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.17.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, e que não tenham causado a desclassificação do Licitante, por caracterizar preço inexequível no julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou quaisquer títulos.

10.18. Não serão admitidas PROPOSTAS COMERCIAIS que apresentem preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.19. Os preços, cotações e valores constantes da PROPOSTA COMERCIAL serão considerados inexequíveis caso sejam iguais ou inferiores ao resultado dos cálculos previstos no §1º do art. 48 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

10.20. Não serão consideradas PROPOSTAS COMERCIAIS com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem com valores ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais Licitantes.

10.21. **A não apresentação de quaisquer documentos previstos para integrar o Envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, ou seja, da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, da Proposta Comercial, da Planilha de Preços, da Composição de Preços Unitários na forma digital, do Cronograma Físico-Financeiro, do Detalhamento da Bonificação de Despesas Indiretas (BDI ou LDI) e da Escala Salarial de Mão-de-Obra, ensejará a desclassificação do Licitante.**

11. DOS PROCEDIMENTOS E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. A Abertura deste certame, como também a abertura dos Envelopes nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL dos Licitantes sempre ocorrerá em Sessão Pública de Licitação, a ser promovida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, na forma da Lei e deste Edital.

11.1.1. A Comissão Permanente de Licitação - CPL lavrará atas circunstanciadas de todas as sessões públicas da licitação, motivando as suas decisões, nela tomadas, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital e em Lei, bem como todos os fatos ocorridos nas respectivas sessões.

11.1.2. A Comissão Permanente de Licitação - CPL poderá, a seu exclusivo critério, suspender as sessões públicas da licitação, convocando os Licitantes, na forma prevista em Lei e neste Edital, para se apresentarem em outro horário ou data.

11.1.3. A conferência e apreciação da documentação dos Licitantes, após devidamente abertas e vistas em Sessão Pública, a critério da Comissão Permanente de Licitação - CPL, poderá ser realizada em sessão interna daquela Comissão, cujo julgamento será lavrado em ata ou decisão fundamentada, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital e em Lei, comunicando o respectivo resultado de sua decisão na forma prevista em Lei e neste Edital.

11.2. A Comissão Permanente de Licitação - CPL sempre dará ciência aos Licitantes e ao público em geral, das decisões pertinentes a esta licitação, em caráter oficial e para que surtam os competentes efeitos legais, por meio de publicação no [Diário Oficial do Estado - DOE/MT](#), sem prejuízo das comunicações e intimações que vierem a ser realizadas em Sessão Pública.

11.2.1. A eventual comunicação dos atos e decisões, pertinentes a esta licitação, por outros meios (*e-mail*, *fax*, *internet*), não previstos no subitem **11.2**, além de se traduzir numa mera discricionariedade da Comissão Permanente de Licitação - CPL possuirá natureza extraoficial e meramente informativa, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.

11.3. Caberá recurso administrativo, conforme estabelecido no subitem **14** deste Edital, contra todo e qualquer ato decisório da Comissão Permanente de Licitação - CPL.

11.4. É facultado à Comissão Permanente de Licitação - CPL, ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, realizar inspeções, auditorias e proceder ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico, para esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelos Licitantes, ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da habilitação ou proposta dos Licitantes.

11.5. No dia, hora, e local designados neste Edital, os Licitantes deverão entregar os Envelopes nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL para participarem desta licitação.

11.5.1. Todos os envelopes, contendo os documentos de habilitação e de proposta comercial, ficarão sob a guarda e tutela da Comissão Permanente de Licitação - CPL, que deverá zelar pela sua integridade e sigilo, até que sejam abertos e juntados aos autos do processo administrativo referente à esta licitação, ou devolvidos aos Licitantes, nos termos deste Edital.

11.6. Também no dia, hora e local designados neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação - CPL iniciará a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes de cada Licitante que tenham sido entregues nos termos indicados neste Edital.

11.7. Logo após o credenciamento, serão rubricados, ainda fechados, os envelopes de cada Licitante, por todos os membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL e pelos representantes dos Licitantes presentes, que assim desejarem.

11.8. Após, serão abertos os Envelopes nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, cujo conteúdo será dado vistas a todos os Licitantes, consignando as suas eventuais manifestações, e depois analisará e procederá ao julgamento de habilitação ao certame, conforme estabelecido no subitem **8** deste Edital.

11.9. Serão inabilitados os Licitantes que não atenderem às exigências deste Edital, referentes à fase de habilitação, cujo efeito importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes do certame.

11.10. Proferida a decisão sobre a HABILITAÇÃO dos Licitantes, e não existindo pendência de prazo recursal ou de decisão de recursos administrativos sobre aquele mérito, a Comissão Permanente de Licitação - CPL dará prosseguimento à licitação com a abertura dos Envelopes nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL.

11.11. A Comissão Permanente de Licitação - CPL dará vista das PROPOSTAS COMERCIAIS a todos os Licitantes, consignando suas eventuais manifestações, e depois procederá ao julgamento daqueles documentos e classificação dos Licitantes, nos termos deste Edital.

11.12. Erros meramente formais ou aritméticos da PROPOSTA COMERCIAL não constituirão motivo suficiente para a desclassificação, desde que não impeçam ou tornem impossível o julgamento de seu teor, bem como a Planilha de Preços possa ser ajustada sem a necessidade de majoração do Preço Global ofertado.

11.13. Nos casos em que for constatada a existência de erros aritméticos ou numéricos nas PROPOSTAS COMERCIAIS, que atenderem aos requisitos de conformidade do Edital, a Comissão Permanente de Licitação - CPL procederá às correções necessárias para apuração do preço final estimado, obedecendo às seguintes disposições:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 11.13.1. Havendo divergência entre valores grafados sob a forma numérica e valores apresentados por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
- 11.13.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerão os preços unitários constantes das propostas, e a CPL procederá à correção dos subtotais.
- 11.13.3. Havendo divergência no preço global proveniente da soma dos subtotais, prevalecerá os preços constantes nos subtotais, e a CPL procederá à correção do valor global.
- 11.13.4. Havendo divergência entre os preços unitários constantes na Planilha de Preços e os constantes na Composição de Preços Unitários, prevalecerão os preços constantes na Composição de Preços Unitários, e a CPL procederá à correção da Planilha de Preços.
- 11.13.5. Havendo divergência entre os quantitativos dos itens da Planilha de Preços e os constantes na PLANILHA ORÇAMENTARIA do Projeto Básico, prevalecerão os quantitativos constantes no documento da Administração, e a CPL procederá à correção da Planilha de Preços.
- 11.14. Havendo outros erros de adição, subtração, multiplicação ou divisão, prevalecerá o resultado corrigido, e a CPL procederá às respectivas retificações.
- 11.14.1. As eventuais correções realizadas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL serão submetidas à aprovação dos respectivos Licitantes, e no caso de não serem aprovadas, ensejarão a desclassificação da respectiva PROPOSTA COMERCIAL.
- 11.14.2. Depois de realizadas e aprovadas as eventuais correções e, havendo mudança no preço global, a PROPOSTA COMERCIAL retificada será novamente reavaliada, para fins de julgamento e classificação, nos termos e critérios previstos neste Edital.
- 11.14.3. Erros ou distorções em qualquer preço ou componentes de preço, que impliquem no acréscimo do VALOR TOTAL GLOBAL fixado na Proposta Comercial do Licitante não serão considerados.
- 11.15. O critério de julgamento da presente licitação é o previsto no art. 45, §1º, inciso I, da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), ou seja, MENOR PREÇO, sendo realizada a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS em ordem crescente dos Preços Globais oferecidos e aceitáveis, nos termos deste Edital.
- 11.16. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate das PROPOSTAS COMERCIAIS, para fins de classificação, se fará:
- 11.16.1. Em favor de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da [Lei Complementar Federal nº 123/2006](#).
- 11.16.2. Por sorteio, em ato público, para o qual todos os Licitantes serão convocados, nos termos do §2º do art. 45 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), na hipótese do critério do subitem anterior não for suficiente para resolver o desempate.
- 11.17. Os preços unitários constantes na PROPOSTA COMERCIAL de menor valor global também serão analisados comparando com a Planilha Orçamentária constante no Projeto Básico.
- 11.17.1. **Caso sejam verificados que, na PROPOSTA COMERCIAL de menor valor global, haja ocorrência de itens com preços unitários superiores até 10% (dez por cento) aos valores orçados**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

pela Administração, o Licitante será intimado para apresentar justificativa técnica circunstanciada da composição e preços unitários ofertados.

11.17.2. Caso as justificativas não sejam apresentadas, ou ainda não sejam aceitas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, o Licitante deverá, sob pena de desclassificação, adequar sua PROPOSTA COMERCIAL ao orçamento base apresentado pelo DETRAN/MT e constante na Planilha Orçamentária do Projeto Básico.

11.18. Serão desclassificadas as PROPOSTAS COMERCIAIS:

11.18.1. Que não atendam às exigências e especificações deste Edital e seus anexos.

11.18.2. Com emendas, ressalvas, ou defeitos capazes de dificultar a exata compreensão do texto, ou ainda que venham impedir ou dificultar o julgamento.

11.18.3. Com omissões de documentos, ou ainda com documentos irregulares.

11.18.4. Incertas ou que se vinculem à condição futura ou incerta.

11.18.5. Que contiverem ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou ainda com valores ou vantagens baseados nas ofertas dos demais Licitantes.

11.18.6. Com oferta de preço total global superior ao valor constante do subitem **3.1** deste Edital.

11.18.7. Com oferta de preços unitários superiores aos previstos na Planilha Orçamentária do Projeto Básico, e não contemplados pela exceção prevista nos subitens **11.17.1** e **11.17.2** deste Edital.

11.18.8. Que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme estabelecido no subitem **10.18** deste Edital.

11.18.9. Manifestamente inviáveis e inexequíveis, nos termos do inciso II do art. 48 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), cuja aferição observará os termos do §1º e 2º daquele mesmo dispositivo e diploma legal.

11.19. Na hipótese da PROPOSTA COMERCIAL de menor valor total global e classificada em primeiro lugar no resultado do julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL tiver sofrido quaisquer intervenções previstas nos subitens **11.13** ou **11.17.2** deste Edital, o Licitante será intimado, sob pena de desclassificação superveniente, para que, no prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, reapresente sua PROPOSTA COMERCIAL, mantendo e observando os apontamentos realizados CPL, para fins de homologação e adjudicação do resultado final da licitação.

11.20. Quando todos os Licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos Licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas para a inabilitação ou desclassificação no certame.

11.21. Proferidos o julgamento e a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS, e não existindo pendência de prazo recursal ou de decisão de recursos administrativos sobre aquele mérito, e devidamente atendido o previsto no subitem **11.19** deste Edital, se for o caso, a Comissão Permanente de Licitação - CPL submeterá o resultado da licitação à autoridade superior competente para fins de homologação e adjudicação.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

11.22. A licitante vencedora do certame, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicidade do resultado da licitação, deverá apresentar a Planilha de Composição de Preços Unitários na forma impressa, devidamente assinada, de todos os itens da planilha de preços/orçamento.

11.23. Os Envelopes nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL que não forem abertos, em razão da inabilitação de seus titulares, serão devolvidos lacrados aos respectivos Licitantes, após o encerramento da licitação, mediante intimação para a retirada; ou ainda remetidos, via correio, em correspondência com registro de recebimento (A.R.), para o endereço constante na habilitação do Licitante, no caso de exaurido o prazo consignado na intimação para tal ato sem seu respectivo cumprimento.

12. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

12.1. Julgadas e classificadas as propostas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, ao Presidente da Autarquia, ou a quem por ele legalmente delegado, incumbirá:

12.1.1. Determinar a emenda de irregularidade sanável, se houver, no processo licitatório.

12.1.2. Revogar a licitação, se for o caso, sob razões de conveniência ou oportunidade, em razão do interesse público, ou ainda anular a licitação, se for o caso, por vício comprometedor da legalidade do certame, em ambas as hipóteses procedendo-se nos termos do art. 49 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

12.1.3. Homologar o procedimento licitatório e o resultado do certame, não existindo as hipóteses dos subitens anteriores no caso.

12.1.4. Adjudicar o objeto da licitação, declarando por ato formal o Licitante vencedor.

12.2. O CONTRATO resultante da presente licitação será celebrado entre o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO e o ADJUDICATÁRIO, mediante regular formalização do instrumento e publicação de seu respectivo extrato na [Imprensa Oficial](#), observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente as descritas no Anexo II - Minuta de Contrato do Edital.

12.2.1. Cópia da Proposta Comercial vencedora integrará o CONTRATO, perfazendo, para fins de assinatura e validade, anexo obrigatório daquele instrumento.

12.3. O prazo de convocação para assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo ADJUDICATÁRIO, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

12.4. O não atendimento à convocação por parte do ADJUDICATÁRIO, para assinatura do CONTRATO, ou a sua recusa injustificada em assiná-lo no prazo estipulado, sujeitará o infrator às penalidades legais, sem prejuízo de qualquer outra prevista neste edital ou em contrato.

12.5. O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT, em face do não comparecimento do ADJUDICATÁRIO no prazo estipulado, poderá convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assumir o contrato, em igual prazo e nas mesmas condições da proposta vencedora, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com os termos deste Edital e seus anexos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

12.6. Será verificada, por ocasião da contratação a ser efetivada, a manutenção das condições de habilitação no certame do ADJUDICATÁRIO, o qual possuirá, sob pena de aplicação do disposto no subitem **12.5** deste Edital, prazo de cinco dias úteis para providenciar a regularização de qualquer apontamento realizado pela Administração, para fins de assinatura do CONTRATO.

12.7. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato com a adjudicatária, podendo ser prorrogável nas hipóteses da [Lei Federal nº 8.666/1993](#) e alterações.

12.8. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas no Projeto Básico e Minuta do Contrato, anexos a este Edital.

12.9. O CONTRATO poderá ter seu prazo inicial ou final prorrogado, consoante previsões estabelecidas no §1º do art. 57 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), e desde que haja a formalização de respectivo Termo Aditivo a ser celebrado durante a vigência original do instrumento, e observada às formalidades prescritas no §2º do art. 57 do mesmo diploma legal.

12.10. O CONTRATO também poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por meio de Termo Aditivo, o qual poderá ser solicitado pela Contratada ou pela Administração, conforme o caso, nos termos do art. 65 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 13.1.1. Apresentação de documentação falsa.
- 13.1.2. Retardamento da execução do objeto.
- 13.1.3. Falhar na execução do contrato.
- 13.1.4. Fraudar na execução do contrato.
- 13.1.5. Comportamento inidôneo.
- 13.1.6. Declaração falsa.
- 13.1.7. Fraude fiscal.

13.2. Quem impedir, perturbar ou fraudar, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 06 (seis) meses a 02 (anos) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#). Assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital, do Contrato e do Projeto Básico sujeita o Licitante Vencedor às multas, consoante o caput e §1º do art. 86 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), incidentes sobre o valor homologado.

13.4. Desistir/retirar a proposta após a abertura da sessão, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

13.5. Quanto ao atraso para assinatura do Contrato, o valor das multas será calculado nos seguintes percentuais:

13.5.1. Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total adjudicado.

13.5.2. A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor do contrato, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

13.6. Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção de até 10% do valor da licitação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.7. Demais sanções vide Projeto Básico.

14. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. A impugnação do edital deverá observar o disposto no art. 41, §§1º e 2º da [Lei Federal nº 8.666/1993](#), conforme o caso, e deverá ser formalizada por escrito perante a Comissão Permanente de Licitação - CPL, onde será processada e julgada.

14.2. Divulgada qualquer decisão da Comissão Permanente de Licitação - CPL, especialmente no tocante ao julgamento das fases de “Habilitação” e “Proposta Comercial”, o Licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso, contado da data da divulgação do resultado.

14.3. Relativamente às impugnações, aos recursos e à contagem de prazos, observar-se-á o disposto nos Art. 41, §§ 1º e 2º, Art. 109 e Art. 110, todos da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

14.4. As impugnações ao Edital, os recursos, e as impugnações aos recursos deverão ser entregues no setor de protocolo do Departamento Estadual de Trânsito, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 (oito) às 16:00 (dezesseis) horas, e endereçados à Comissão Permanente de Licitação - CPL; ou encaminhados digitalizados em arquivo PDF para o e-mail: licitacoes@detran.mt.gov.br.

14.5. Os prazos dos recursos serão contados após a publicação da decisão motivadora do recurso no [DOE/MT](#), salvo na hipótese da Comissão Permanente de Licitação - CPL intimar os representantes dos Licitantes em Sessão Pública, com o devido registro em ata, e desde que estejam presentes todos os Licitantes.

14.6. Na contagem do prazo recursal excluir-se-á a data de início e incluir-se-á a data de vencimento para o recebimento das peças recursais.

14.7. Interposto o recurso, dele se dará ciência formalmente aos demais Licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 14.8. As intimações para apresentação de impugnação em face dos recursos interpostos também serão realizadas via publicação no [DOE/MT](#).
- 14.9. Os Licitantes poderão desistir do direito de recorrer antes do decurso de prazo, por meio de comunicação expressa à Comissão Permanente de Licitação - CPL ou de registro nas atas de Sessões Públicas de Licitação.
- 14.10. Não serão aceitos recursos ou impugnações enviadas por fax ou fora do prazo.
- 14.11. A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será considerado, inclusive aquele que for interposto subscrito por procurador não habilitado, na forma deste Edital ou da Lei.
- 14.12. Os recursos contra a habilitação ou inabilitação do Licitante e contra o julgamento das propostas terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente atribuir esse efeito aos demais recursos.
- 14.13. **Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção de até 10% do valor da licitação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.**

15. DA INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 15.1. Os Licitantes deverão examinar cuidadosamente todas as informações existentes referentes ao objeto deste Edital, instruções, condições, quadros, projetos, exigências, Leis, Decretos, Portarias, normas e especificações citados neste Edital e anexo(s), informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar os custos e prazos para execução dos serviços.
- 15.2. Somente a Comissão Permanente de Licitação - CPL está autorizada a prestar oficialmente informações ou esclarecimentos a respeito desta Licitação. As eventuais informações de outras fontes só deverão ser consideradas como oficiais com anuência da CPL.
- 15.3. Os pedidos de esclarecimentos relacionados com esta Licitação deverão ser solicitados por escrito e somente serão aceitos **até 05 (cinco)** dias corridos anteriores à data fixada para a apresentação das Propostas, devendo ser protocoladas, no setor de protocolo do Departamento Estadual de Trânsito, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 (oito) às 16:00 (dezesesseis) horas, e endereçados à Comissão Permanente de Licitação - CPL; ou encaminhados digitalizados em arquivo PDF para o *e-mail*: licitacoes@detran.mt.gov.br.
- 15.4. Não sendo formulados pedidos de esclarecimento até este prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das Propostas, não cabendo, portanto, aos Licitantes, direito a qualquer reclamação posterior.
- 15.5. As interpretações, correções e/ou alterações elaboradas pelo Departamento Estadual de Trânsito serão comunicadas, por escrito, por meio de publicação na imprensa oficial, e eventualmente, a



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

todos que tiverem adquirido o Edital, através de fax, *e-mail*, correspondência com aviso de recebimento ou notificação pessoal por servidor da Administração.

15.6. Os esclarecimentos e aditamentos passarão a integrar o processo licitatório.

15.7. Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes serão sempre feitas por escrito e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas no processo da Licitação.

15.8. Somente terão valor às interpretações, correções e/ou alterações escritas, fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

16. DA RESCISÃO

16.1. O futuro contrato poderá ser rescindido caso ocorra um dos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da [Lei Federal nº 8666/1993](#). A rescisão será de acordo com o Artigo 79 e acarretarão as consequências do Artigo 80, todos do mesmo diploma legal.

16.1.1. A rescisão, por algum dos motivos previstos, não dará à CONTRATADA o direito a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

16.1.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

16.2. Fica expressamente acordado que em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no futuro contrato.

16.3. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do futuro contrato.

16.4. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras Judicial, nos termos da Lei.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Licitante, sempre que solicitado, deverá disponibilizar para a Comissão Permanente de Licitação - CPL, seus livros, registros contábeis e fiscais, quando houver necessidade de comprovação de dados para a correta avaliação, certificação e comprovação da situação financeira do LICITANTE, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes deste EDITAL.

17.2. O acolhimento para exame da Proposta Comercial e sua classificação não gera direito de contratação ao Licitante autor na adjudicação do objeto licitado.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

17.3. O Licitante deverá arcar com todos os custos associados à sua participação no certame, inclusive quanto à preparação de sua Habilitação e de Proposta Comercial.

17.4. O Licitante poderá recusar-se a prorrogar a validade de sua proposta, entretanto isto a impedirá de prosseguir no processo licitatório e acarretará a de todos seus documentos que estiverem em posse da Comissão Permanente de Licitação - CPL.

17.5. Em qualquer ocasião, desde que antecedendo à data de entrega dos documentos de Habilitação e das Propostas Comerciais, o Departamento Estadual de Trânsito, a seu critério, por sua própria iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas aos Licitantes que solicitaram esclarecimentos do Edital, poderá modificar os documentos que compõe o Edital e seus anexos, mediante expedição de uma errata que será publicada na imprensa oficial.

17.5.1. Quando a hipótese do subitem **17.5** vier a ocorrer, e o seu respectivo teor influenciar na elaboração da Proposta Comercial a ser apresentada neste certame, o Departamento Estadual de Trânsito prorrogará a data de abertura ou entrega daqueles documentos, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

17.5.2. Qualquer modificação nos documentos que compõe o Edital e seus anexos que, inquestionavelmente, não venham afetar a formulação das propostas, será divulgada pela mesma forma que se deu o Edital, mantendo-se o prazo inicialmente estabelecido para abertura do certame.

17.6. Fica assegurado à Contratante, diretamente ou através de terceiros, o direito de acompanhar e fiscalizar, a qualquer momento, o desenvolvimento dos serviços prestados pelo Licitante vencedor, com livre acesso aos locais de trabalho, para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos, conforme prevê o parágrafo único do art. 112 da [Lei Federal nº 8.666/1993](#).

17.7. Os estudos e levantamentos prévios realizados pela Administração ficarão à disposição dos Licitantes e demais interessados junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

17.8. Os projetos, as especificações e toda a documentação relativa a esta licitação e ao seu respectivo objeto (obra) são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento será considerado especificado e válido, ainda que não seja expressamente mencionado em outro documento.

17.9. O Departamento Estadual de Trânsito se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da Contratada, e de suas eventuais subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

17.10. O Departamento Estadual de Trânsito se reserva ao direito de paralisar ou suspender, em qualquer tempo, a execução do objeto desta licitação, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços e etapas já realizados.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**

17.11. O Contratante se reserva o direito de revogar o presente procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou de anulá-lo por ilegalidade, sem que às Licitantes caiba qualquer direito a indenização ou ressarcimento.

17.12. Este Edital e seus elementos constitutivos, bem como a proposta do Licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado entre as partes, independentemente de transcrição.

17.13. O Foro da Comarca de Cuiabá - MT será competente para dirimir questões oriundas da presente licitação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

17.14. São partes integrantes deste Edital:

[ANEXO I - Projeto Básico;](#)

[ANEXO II - Minuta do Contrato;](#)

[ANEXO III - Modelos;](#)

Cuiabá-MT, 04 de novembro de 2019.

MAX DE MORAES LUCIDOS
Coordenador de Aquisições e Contratos

PAULO HENRIQUE LIMA MARQUES
Diretor de Administração Sistêmica

GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ANEXO I - PROJETO BÁSICO



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO
GROSSO – DETRAN/MT E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN DE MATO GROSSO, Autarquia Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 03.829.702/0001-70, sediado à Avenida Dr. Hélio Ribeiro, nº 1000, no Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, com delegação de poderes concedida por ato governamental nº XXX/XXX, publicado no Diário Oficial em XX de XXXXXXXX de 201X, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em Cuiabá-MT, e seu Diretor de Administração Sistêmica, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, com delegação de poderes concedido por ato governamental nº XXXXXX, publicado no Diário Oficial em XX de XXXXXXXX de 201X, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX SEJUSP/MT e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em Cuiabá-MT e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, localizada na XXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, XXXXXXXXXXXX - XX, representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador da identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, celebram o presente Instrumento, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e ainda, pelas cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para execução de obra de revitalização e ampliação do Complexo da Sede do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. O presente contrato está vinculado ao Processo nº. XXXXXX/201X, denominado **Tomada de Preços nº XX/201X/DETRAN/MT**, fazendo parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total do objeto contratado é de **R\$XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)** conforme a proposta da contratada contendo os valores apresentados e adjudicados do processo licitatório denominado **Tomada de Preços nº XX/201X/DETRAN/MT**, conforme especificados abaixo:

[ACRESCENTAR PLANILHA DA EMPRESA VENCEDORA]



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Executar os serviços objeto do presente contrato, observando de modo geral, as Especificações e Normas Técnicas vigentes na ABNT e DETRAN/MT, aquelas Complementares e Particulares e outras pertinentes aos serviços contratados, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações de fiscalização e, quando houver, da Supervisão dos Órgãos Ambientais.
- 4.2. Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessário para executar satisfatoriamente os serviços, podendo a fiscalização ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.
- 4.3. Todo pessoal da CONTRATADA deverá possuir habilidade e experiência para executar adequadamente os serviços que lhes forem atribuídos.
- 4.4. Indicar o(s) profissional(is) como responsável(is) técnico(s), que deverá(ão) estar permanentemente na obra, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante justificativa da CONTRATADA e aprovação da Autoridade Competente conforme previsto no parágrafo 10, artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo a qualquer momento, devido a uma real necessidade levantada pela fiscalização, o DETRAN/MT solicitar a mudança dos Responsáveis Técnicos da Obra.
- 4.5. Fornecer durante toda a execução da obra as placas de obra constantes na planilha, no modelo oficial do Estado de Mato Grosso.
- 4.6. Promover a sinalização da obra durante o período de execução.
- 4.7. Prover meios de segurança para os operários, equipe de fiscalização e visitantes credenciados pelo Contratante, no ambiente onde serão realizados os serviços.
- 4.8. Manter no escritório da obra, à disposição da Fiscalização e sob sua responsabilidade um livro de ocorrência, Diário de Obra, com termo de abertura e encerramento, para que sejam devidamente anotadas todas as ocorrências e/ou solicitações referentes à obra, inclusive com visto da fiscalização e do engenheiro da Contratada, responsável pela obra, sob pena de incorrer em sanção administrativa.
- 4.9. Responsabilizar-se pelos danos às propriedades públicas e privadas, linhas de transmissão de energia elétrica, telefônica e outros serviços públicos, ao longo e nas adjacências do objeto contratado, devendo tais serviços serem executados, sem ônus para a Contratante. Na ocorrência de interferências com os serviços públicos, cabe à contratada a comunicação do início das obras aos órgãos competentes e à fiscalização do DETRAN/MT.
- 4.10. Responsabiliza-se pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, do objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados.
- 4.11. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

4.12. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos fiscais, trabalhistas, securitários, previdenciários e eventuais despesas de alimentação e transporte de seus profissionais encarregados da execução dos serviços objeto do presente contrato, bem como com quaisquer questões relacionadas com exigências municipais, estaduais ou federais, em cada unidade de execução dos serviços, e tudo mais que se fizer necessário à execução da obra.

4.13. Arcar com todos os impostos, taxas e emolumentos que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4.14. Fornecer aos seus empregados, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual - EPI's tais como: capacetes, botas, luvas, óculos etc. Nos casos particulares que envolvam riscos pessoais ou ao patrimônio da Contratante, serão exigidos não só equipamentos de proteção individual, como também andaimes metálicos, tela de proteção de fachadas, sinalização viária, e tudo o mais que se fizer necessário.

4.15. Comunicar a Fiscalização, por escrito, a existência de quaisquer anomalias existentes, que possam, por via de consequência, a resultar em falhas/danos de maior monta no projeto.

4.16. Executar todos os serviços com zelo, limpeza, eficiência e pontualidade, em consonância com as normas técnicas e procedimentos específicos.

4.17. Conhecer e praticar todas as normas de segurança, aplicáveis ao objeto desta licitação.

4.18. Responsabilizar-se por toda e qualquer alteração e contaminação do meio ambiente.

4.19. Monitorar e controlar a geração de resíduos, de forma a minimizá-los e dando destinação tecnicamente adequada aos rejeitos, em consonância com o Órgão Ambiental - SEMA/MT.

4.20. Substituir imediatamente o empregado que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas comportamentais.

4.21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante.

4.22. A empresa contratada e seus prepostos somente poderão iniciar os serviços após a autorização exclusiva da ordem de serviço emitida pelo DETRAN/MT.

4.23. Arcar com todas as despesas decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados no trabalho.

4.24. Remover entulhos, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a fiscalização dos serviços, destinando-os em local permitido pelas autoridades competentes, sem ônus para a Contratante.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 4.25. Permitir à Contratante a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitado, as informações requeridas visando o bom andamento dos serviços.
- 4.26. Informar a Contratante a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra ou serviço dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.
- 4.27. Comunicar a conclusão dos serviços ao setor de fiscalização, imediatamente após seu término, para fins de análise e aceite dos serviços executados.
- 4.28. A Contratada quando impossibilitada de terminar as obras dentro do prazo da vigência, deverá protocolar solicitação de aditivo de prazo, com no mínimo 30 (trinta) dias antes do final da vigência do contrato com as devidas justificativas.
- 4.29. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito.
- 4.30. As normas, manuais, instruções e especificações, deverão ser obedecidas. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecidas, com a respectiva justificativa, será primeiramente submetida a consideração do setor competente, acompanhado da respectiva justificativa, a quem caberá decidir sobre a orientação a ser adotada.
- 4.31. Os serviços ou obra serão considerados concluídos depois de cumpridas todas as exigências do projeto, bem como efetuada a limpeza geral e os reparos que a fiscalização julgar necessário.
- 4.32. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.
- 4.33. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.
- 4.34. Manter as condições de habilitação previstas na Lei Federal nº 8.666/1993.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Receber e atestar as medições e encaminhar ao setor competente, para pagamento à Contratada de acordo com o prazo estabelecido, salvo a ocorrência de fatos excepcionais.
- 5.2. Promover, através do seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- 5.3. Expedir formalmente, por escrito, as advertências, penalidades e multas dirigidas à Contratada.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 5.4. Recusar qualquer serviço cuja qualidade não se revista do padrão desejado, bem como qualquer material, produto ou equipamento que não atenda satisfatoriamente aos fins a que se destinam. Nesse caso, a Contratada deverá retirar o material do local de realização da obra, no prazo de 24h00min (vinte e quatro horas).
- 5.5. Analisar e atestar os documentos apresentados pela Contratada, através do setor de fiscalização da obra.
- 5.6. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- 5.7. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.
- 5.8. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, para execução dos serviços objeto desta contratação.
- 5.9. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.
- 5.10. Realizar as medições previstas no Cronograma Físico-Financeiro.
- 5.11. Instruir processo e efetuar o pagamento conforme medições, devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 6.1. O pagamento dos valores pactuados no Contrato será realizado pelo Diretoria de Administração Sistêmica do CONTRATANTE, a partir da apuração das medições aferidas dos valores e porcentagens constantes na planilha orçamentária. Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da documentação de medição devidamente atestados, por ordem bancária (NOB), obedecendo aos critérios do Decreto vigente/Instrução Normativa.
- 6.2. As retenções previdenciárias serão efetuadas em conformidade com a Instrução Normativa SRP nº 003/2005, da Fazenda Nacional.
- 6.3. A contratante reterá 11% (onze por cento) sobre o percentual estabelecido na Legislação em vigor e Instrução Normativa do INSS do valor bruto da nota Fiscal ou fatura de prestação de serviço e recolherá a importância retida até o dia 02 (dois) de mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, em nome da CONTRATADA e em favor do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, devendo ser especificado na nota fiscal, fatura ou recibo os valores referentes a: material, equipamento ou serviço, em conformidade com a legislação vigente; ou caso a empresa seja desonerada da folha a contratante reterá 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) sobre o percentual estabelecido na Legislação em vigor e Instrução Normativa do INSS do valor bruto da nota Fiscal ou fatura de prestação de serviço e recolherá a importância retida até o dia 02 (dois) de mês subsequente ao da emissão da respectiva nota



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

fiscal ou fatura, em nome da CONTRATADA e em favor do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, devendo ser especificado na nota fiscal, fatura ou recibo os valores referentes a: material, equipamento ou serviço, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretroatável até o seu encerramento.

6.3.1. Na falta de discriminação do valor da parcela relativa a material ou equipamento na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, a base de cálculo para retenção será o seu valor bruto.

6.3.2. Todas as deduções legais permitidas deverão ser devidamente comprovadas e estar consignadas na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo na forma discriminada.

6.3.3. Não será retido o valor correspondente ao percentual devido ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, acima definido se a empresa apresentar juntamente com a nota fiscal a guia correspondente ao mesmo com o comprovante de pagamento.

6.4. Havendo erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA, sendo que o prazo para pagamento será acrescido do número de dias contados da data da comunicação da incorreção pelo CONTRATANTE até a data do recebimento dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem incidência de quaisquer acréscimos.

6.5. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

6.6. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como especificação do local em que foi executado o objeto.

6.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter qualquer quantia ou crédito porventura existente em favor da CONTRATADA, enquanto existirem obrigações não cumpridas.

6.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

6.9. O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

6.10. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, através de Certidões expedidas pelos Órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão e de:

6.10.1. Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal.

6.10.2. Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

6.10.3. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei Federal nº 8.036/1990, através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

6.10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452/1943.

6.11. Os documentos constantes acima poderão ser modificados caso haja alteração na legislação vigente e ainda poderá ser solicitado algum documento complementar julgado necessário a complementação do processo.

6.12. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

6.13. Será reservado ao final do contrato um percentual de 20% do valor total contratado de cada serviço nos casos, por ventura, em que os serviços dependerem de aprovação, vistoria, anuência ou parecer de órgãos de fiscalização diverso do DETRAN/MT para aprovação dos projetos e documentos, os quais poderão atrasar a entrega total dos serviços contratados, sendo pagos depois de sanada as pendências.

6.14. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido à CONTRATADA deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

6.15. Respeitada a periodicidade mínima legal, os preços do Contrato estarão sujeitos a reajuste de acordo com os índices de reajustamentos para Obras da Construção Civil, conforme Decreto nº 1.054/1994, alterado pelo Decreto nº 1.110/1994, observado o disposto no artigo 28 da Lei nº 9.069/1995 e o disposto no artigo 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001, mediante a seguinte fórmula:

$$R = V \cdot ((I - I_0) / I_0)$$

onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

I = índice relativo à data do reajuste;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

lo = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação.

6.16. Para fins de REAJUSTE de preços após o prazo mínimo supracitado, será necessária avaliação e parecer contábil conclusivo, e que não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

6.17. A periodicidade anual do contrato de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

6.18. Poderá ocorrer revisão de preços desde que na forma previstas no § 5º e 6º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, os quais somente ocorrerão de forma comprovada, provocada pela contratada, e após e análise pela Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto serão da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Entidade: 19301 - Departamento Estadual de Trânsito		
Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
XXXX	XXXX.XXXX	XXX
XXXX	XXXX.XXXX	XXX

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de XXX (XXXXXXXXXX) dias ininterruptos contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.

8.2. Para execução do objeto contratado, a CONTRATADA, terá o prazo para conclusão de até XX dias, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO do Projeto Básico, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, observando o prazo máximo para início dos serviços.

8.3. O prazo de execução da obra e vigência do contrato, poderão ser prorrogados dentro da vigência estabelecida, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

9. CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GARANTIA CONTRATUAL E DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas contratuais e as normas da Lei Federal nº 8.666/1993 como também obedecendo a Convenção Trabalhista vigente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.2. A execução do objeto deste Projeto Básico será elaborado pela CONTRATADA em conformidade com as normas em vigor e deverá estar registradas no Conselho de Classe competente.

9.3. A empresa deverá registrar a Responsabilidade Técnica - RT dos serviços no Conselho de Classe competente, discriminando no campo destinado a Descrição dos Serviços, as atividades pelas quais o profissional é responsável.

9.4. As despesas de qualquer registro no Conselho de Classe competente e em outros órgãos necessários a regularidade da execução do objeto do Projeto Básico, correrão por conta da CONTRATADA.

9.5. As medições dos serviços executados serão efetivadas preferencialmente no final de cada período mensal, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição, poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço, no final do Mês em curso, e a última medição, após a conclusão da Obra, independente do período mensal.

9.6. As medições mensais dos serviços executados, deverão ser protocoladas no DETRAN/MT, pela empresa executora da obra, que serão efetivadas por Engenheiro Fiscal, especialmente designado. As medições deverão conter a planilha dos serviços executados, cronograma físico-financeiro atualizado e relatório fotográfico comprovando a evolução dos serviços no período. Toda medição deverá estar assinada pelo Responsável Técnico da Obra e pelo Representante Legal da empresa. Tal medição será avaliada "in loco", para aprovação e ateste, no prazo máximo de 10 dias, pelo Fiscal designado pelo Contratante. Após, será solicitado da contratada a respectiva Nota Fiscal e a documentação legal exigida para pagamento.

9.7. Entre duas medições mensais não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira e a última medição (Medição Final).

9.8. A Medição Final, bem como o Termo de Recebimento da Obra será elaborado pelo fiscal ou comissão designada pela Autoridade Competente, quando concluídos todos os serviços.

9.9. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

9.9.1. Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 02 vias, sendo a primeira da CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA.

9.9.2. Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da FISCALIZAÇÃO e do RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados.

9.9.3. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do CONTRATADO e do CONTRATANTE.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.10. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:

- 9.10.1. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência.
- 9.10.2. Consultas à FISCALIZAÇÃO.
- 9.10.3. Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado.
- 9.10.4. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos.
- 9.10.5. Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO.
- 9.10.6. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço.
- 9.10.7. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

9.11. Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela FISCALIZAÇÃO:

- 9.11.1. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras".
- 9.11.2. Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas.
- 9.11.3. Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso.
- 9.11.4. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe.
- 9.11.5. Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações.
- 9.11.6. Outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devem ser objeto de registro.

9.12. Recebimento da Obra:

- 9.12.1. O recebimento dos serviços, após sua conclusão, obedecerá ao disposto no artigo 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 9.12.2. Executado o Contrato, a obra ou serviços será recebido através de Termo Provisório e após, Definitivo.
- 9.12.3. O Recebimento Provisório será efetuado pelo Responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo Circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da CONTRATADA.
- 9.12.4. O Recebimento Provisório fica condicionado à entrega do "as built" (desenho técnico – como construído) da obra.
- 9.12.5. O recebimento Definitivo será efetuado pelo Fiscal, ou Comissão a ser designado pela Autoridade Competente, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório.
- 9.12.6. O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo e garantia estabelecidos pela Lei.

9.13. Limpeza da Obra:

- 9.13.1. A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar funcionamento perfeito em todas as suas instalações, equipamentos e aparelhos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.13.2. Todo o entulho deverá ser removido diariamente pela Contratada, observando os seguintes cuidados:

- 9.13.2.1. Ensacamento do entulho para deslocar do local demolido à caçamba coletora.
- 9.13.2.2. Limpeza constante das áreas trafegadas.
- 9.13.2.3. Disposição de caçamba coletora de entulho.
- 9.13.2.4. A obra deverá ser limpa constantemente de forma a manter o ambiente de trabalho dos servidores, membros e terceirizados do DETRAN/MT em condições normais de utilização.

9.14. Condições de Execução dos Serviços:

9.14.1. O DETRAN/MT – Departamento Estadual de Transito, através da Coordenadoria de Obras e Engenharia - COENG, emitirá Ordem de Serviço (O.S.) para execução dos trabalhos à CONTRATADA, logo após a assinatura do Contrato num prazo máximo de 10 dias, cujos serviços deverão ser iniciados imediatamente para cumprimento do prazo estipulado.

9.15. Os Serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho. Onde deverá ser previsto:

- 9.15.1. Equipamentos de Proteção Individuais - EPI.
- 9.15.2. Uniforme e Crachás para os funcionários.
- 9.15.3. Demais despesas com segurança.

9.16. Fica estabelecido que é de responsabilidade da Contratada:

- 9.16.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
- 9.16.2. Dar ciência aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.
- 9.16.3. A Contratada é obrigada a fornecer aos empregados gratuitamente equipamentos de proteção individual adequado ao risco envolvido e em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 9.16.4. A observância em todos os locais de trabalho das obrigações básicas atrás relacionadas, com referência à segurança, higiene e medicina do trabalho, não desobriga a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições relativas ao mesmo assunto, incluídas em Código de Obras e/ou regulamentos sanitários da Administração Pública em que se situe o estabelecimento, bem como daquelas oriundas de convenções coletivas de trabalhos.
- 9.16.5. A CONTRATADA será responsabilizada por danos pessoais ou materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligências, por ação ou omissão no cumprimento dos regulamentos e determinações relativas à segurança em geral.

9.17. A execução dos serviços será acompanhada por uma Gerenciadora (fiscalização terceirizada) contratada pela empresa CONTRATADA e obrigatoriamente fiscalizada por um representante do DETRAN na figura do Fiscal do Contrato, ao qual incumbirá anotar, em registro próprio, todas as



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas e defeitos observados. O recebimento, aceitação e atestado dos serviços decorrerão necessariamente de verificação efetiva de sua execução.

9.18. A fiscalização/gestão será exercida por servidores designados por Portaria pelo CONTRATANTE, aos quais competirá acompanhar o Contrato e sanar as dúvidas que surgirem, conforme o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.19. À FISCALIZAÇÃO, designada pelo CONTRATANTE antes do início do serviço, competirá o controle e fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, efetuar anotações diárias em livro apropriado, proceder às medições dos serviços e manter o CONTRATANTE informado quanto ao andamento das obras e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.

9.20. As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes.

9.21. A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos trabalhos.

9.22. A FISCALIZAÇÃO, ao considerar concluída a obra ou serviço, comunicará o fato ao CONTRATANTE, para as providências cabíveis.

9.23. As decisões e providências, que ultrapassem a competência dos representantes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, como previsto no artigo 67, §2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.24. Demais obrigações relativas a fiscalização vide Portaria nº 437/2018/GP/DETRAN/MT ou outra que vier a substituir.

9.25. Da fiscalização terceirizada:

9.25.1. O objetivo da contratação de fiscalização terceirizada, visa a formação de equipe multidisciplinar, que através do trabalho integrado com a equipe técnica da Coordenadoria de Obras e Engenharia - COENG, possibilitará o acompanhamento da obra e a celeridade na tomada de decisões, além da eficiência no processo fiscalizatório.

9.25.2. A equipe técnica de fiscalização terceirizada, composta por no mínimo Arquiteto/Engenheiro Civil de obra pleno, técnico em segurança do trabalho e auxiliar técnico de engenharia, serão necessários à apresentação de currículo, comprovados através de atestado de capacidade técnica devidamente registrada no CREA ou CAU, correspondente aos serviços do objeto do contrato em questão e submetidos a análise, aprovação e autorização da equipe técnica da Coordenadoria de Obras e Engenharia - COENG.

9.25.3. A fiscalização terceirizada deverá observar as especificações técnicas dos serviços a serem realizados inerentes ao objeto sob fiscalização, sendo que todos os assuntos que envolverem: custos e alterações de custos, modificações de projetos, alterações de cronograma, alterações de especificações, abertura de frentes de serviços, alocação de recursos humanos, alocação de



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

equipamentos, entre outros; deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Obras e Engenharia – COENG, para análise e aprovação.

9.25.4. Assessorar a equipe técnica da Coordenadoria de Obras e Engenharia – COENG, na análise e aprovação das soluções proposta nos projetos quanto a sua adequação técnica e econômica a obra de modo a atender as necessidades do DETRAN/MT;

9.25.5. Assessorar e apresentar relatório técnico a equipe da Coordenadoria de Obras e Engenharia – COENG, na análise e aprovação de eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato fiscalizado;

9.25.6. Verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;

9.25.7. Acompanhar e fazer registro de ocorrências no diário de obras;

9.25.8. Analisar as planilhas, documentos e certidões do processo de medição e apresentar relatório a equipe técnica da Coordenadoria de Obras e Engenharia – COENG;

9.25.9. Relatórios de interesse do DETRAN/MT, referentes aos empreendimentos, contendo informações gerais; principais ocorrências; informação sobre os andamentos das obras, através de modelos, gráficos etc.; análise da qualidade dos serviços; relatórios fotográficos, que permitam avaliar o andamento e a qualidade dos serviços; cronogramas com percentuais dos serviços no período e percentuais acumulados dos serviços no período e percentuais acumulados dos serviços; curvas de progresso físico; planilha de custos atualizada dos contratos sob fiscalização; relação quantificada da mão-de-obra alocada e atualização dos cronogramas físicos-financeiros;

9.25.10. A equipe técnica de fiscalização terceirada, terá suas atribuições por hora efetivamente trabalhada (hora técnica – HT), contemplando todos os encargos e benefícios previsto nas legislações trabalhista e tributárias vigentes.

9.26. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, fisicamente ou pelo e-mail ger.contratos@detran.mt.gov.br, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

9.26.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.26.2. Seguro-garantia.

9.26.3. Fiança bancária.

9.27. A garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do Contrato e ter sua vigência estendida para 03 (três) meses após o termino do Contrato.

9.27.1. Ocorrendo prorrogações de vigência, a garantia também deverá ser atualizada nas mesmas condições, se estendo para 03 (três) meses após a termino do Contrato.

9.28. As entidades garantidoras deverão estar devidamente autorizadas pelo Banco Central dentro dos limites de valores que lhe são autorizados pela referida Entidade Federal.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

9.29. Ao critério exclusivo do DETRAN/MT e mediante prévia e expressa autorização deste, baseado em parecer técnico fundamentado, emitido pela equipe de fiscalização, a Contratada poderá em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviços, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

9.29.1. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata esta contratação, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

9.29.2. A assinatura do contrato caberá à empresa vencedora, por ser a única responsável perante ao Contratante, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

9.29.3. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Contratante e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre o DETRAN/MT e a subcontratada, inclusive no que tange a medição e pagamento direto a subcontratada, salvo nos casos previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9.30. O DETRAN/MT se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

9.31. A Contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico, técnica, fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

9.32. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta dias), na hipótese de extinção da subcontratada, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

9.33. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

9.34. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante ao Contratante que estão em situação regular, fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam como funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no Governo do Estado de Mato Grosso.

9.35. A Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo a execução dos serviços mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já realizados.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2. Tal rescisão poderá ocorrer, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito a prévia e ampla defesa.

10.3.1. No caso de rescisão unilateral, por inadimplência da CONTRATADA, à mesma caberá receber o valor dos serviços no limite do que já fora executado e sofrerá perda da Caução.

10.3.2. No caso de rescisão bilateral, a CONTRATADA caberá o valor dos serviços executados e a devolução dos valores caucionados.

10.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.5. Em qualquer das hipóteses suscitadas o DETRAN/MT não reembolsará ou pagará a CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas sujeita a contratada a multas de mora, consoante o caput e §1º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/1993, na seguinte forma:

11.1.1. Atraso de até 05 (cinco) dias para retirada da ordem de serviços ou nota de empenho, multa de 0,2% (zero, dois por cento), incidentes sobre a parcela firmada.

11.1.2. A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 2 % (dois por cento), incidentes sobre o valor da parcela firmada, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

11.1.3. Atraso injustificado na parcela da execução dos serviços acima de 10 (dez) dias até o limite do 30º (trigésimo) dia, multa de 1,0% (um por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor da parcela a ser entregue caracterizando-se a inexecução total/parcial da obrigação a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia.

11.2. A aplicação de multas se dará conforme as tabelas 1 e 2:

TABELA 1		
GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	1%
2	2	2%



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

3	3	3%
4	4	4%
5	5	5%

TABELA 2			
ITEM	INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Para os itens a seguir, deixar de:			
01	Executar os serviços objeto do presente contrato, observando de modo geral, as Especificações e Normas Técnicas vigentes na ABNT e DETRAN/MT, aquelas Complementares e Particulares e outras pertinentes aos serviços contratados, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações de fiscalização e, quando houver, da Supervisão dos Órgãos Ambientais.	5	Por ocorrência
02	Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessário para executar satisfatoriamente os serviços, podendo a fiscalização ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório e prover meios de segurança para os operários, equipe de fiscalização e visitantes credenciados pelo Contratante, no ambiente onde serão realizados os serviços.	3	Por ocorrência
03	Fornecer durante toda a execução da obra as placas de obra constantes na planilha, no modelo oficial do Estado de Mato Grosso e promover sua sinalização.	1	Por ocorrência
04	Manter no escritório da obra, à disposição da Fiscalização e sob sua responsabilidade um livro de ocorrência, Diário de Obra, com termo de abertura e encerramento, para que sejam devidamente anotadas todas as ocorrências e/ou solicitações referentes à obra, inclusive com visto da fiscalização e do engenheiro da Contratada, responsável pela obra, sob pena de incorrer em sanção administrativa.	2	Por ocorrência
05	Responsabilizar-se pelos danos às propriedades públicas e privadas, linhas de transmissão de energia elétrica, telefônica e outros serviços públicos, ao longo e nas adjacências do objeto contratado, devendo tais serviços serem executados, sem ônus para a Contratante. Na ocorrência de interferências com os serviços públicos, cabe à contratada a comunicação do início das obras aos órgãos competentes e à fiscalização do DETRAN/MT.	4	Por ocorrência
06	Responsabilizar-se pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, do objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados.	5	Por ocorrência



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

07	Comunicar a Fiscalização, por escrito, a existência de quaisquer anomalias existentes, que possam, por via de consequência, a resultar em falhas/danos de maior monta no projeto.	2	Por ocorrência
08	Monitorar e controlar a geração de resíduos, de forma a minimizá-los e dando destinação tecnicamente adequada aos rejeitos, em consonância com o Órgão Ambiental – SEMA/MT.	1	Por ocorrência
09	Remover entulhos, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a fiscalização dos serviços, destinando-os em local permitido pelas autoridades competentes.	2	Por ocorrência
10	Dar o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitado, as informações requeridas visando o bom andamento dos serviços.	1	Por ocorrência
11	Cumprir as normas, manuais, instruções e especificações, deverão ser obedecidas. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecidas, com a respectiva justificativa, será primeiramente submetida a consideração do setor competente, acompanhado da respectiva justificativa, a quem caberá decidir sobre a orientação a ser adotada.	4	Por ocorrência
12	Cumprir demais obrigações contratuais não previstas nesta tabela.	2	Por ocorrência

11.3. Quando a CONTRATADA alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente, em infrações previstas na tabela anterior, restará configurado também a inexecução total do objeto.

11.4. A multa a que alude está sessão não impede que o DETRAN/MT rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação.

11.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pelo DETRAN/MT dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao DETRAN/MT.

11.7. Nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o Contratante também poderá, garantida a ampla defesa, aplicar as seguintes penalidades:

11.7.1. Advertência por escrito.

11.7.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento), sobre a parcela inadimplida do contrato.

11.7.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

justificativa aceita pela Administração, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade.

11.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.8. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.9. Constatada a existência de qualquer irregularidade, será imediatamente aplicada a sanção de advertência e notificada a empresa para correção no prazo estabelecido. Persistindo a irregularidade, ser-lhe-á aplicada multa e expedida nova notificação para saneamento das pendências, em novo prazo. Finalmente, não sendo cumpridas as exigências feitas pela administração, o contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993, e cumulativamente instruído processo de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade para participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízo das multas contratuais, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, se houver.

11.10. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa correspondente ao valor caucionado como garantia contratual, independente de rescisão unilateral, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, se houver.

11.11. A reabilitação da empresa será reconhecida, sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.12. O contratado é responsável por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da Lei Federal nº 8.666/1993. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de suas subcontratadas resultantes da execução do contrato, cabendo a ele o cumprimento de suas obrigações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato, com fulcro no art. 58 da Lei Federal nº 8.666/1993:

12.1.1. Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto na Lei Federal nº 8.666/1993.

12.1.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.1.3. Fiscalizar sua execução.

12.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

12.1.5. O DETRAN/MT poderá revogar este Contrato por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.2. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTICORRUPÇÃO

13.1. Para a execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores, conforme disposto no Decreto Estadual nº 572/2016.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, nos preceitos do direito público e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

14.2. No presente contrato, caso ocorra qualquer omissão nas cláusulas pactuadas neste ajuste, as mesmas deverão ser dirimidas de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993.

14.3. A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

14.4. No caso de desfazimento do Contrato, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, na redação dada pela Lei Federal nº 12.349/2010, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida na aquisição de bens, objeto da presente licitação, contida na Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº 01/2010, Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto Federal nº 7.746/2012 e legislações correlatas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Cuiabá/MT, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2. E, por estarem entre si ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Cuiabá – MT, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente
DETRAN/MT

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor(a) de Administração Sistêmica
DETRAN/MT

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ANEXO III - MODELOS

MODELO 01

DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE TODOS OS RISCOS INERENTES DO NÃO CONHECIMENTO DAS REAIS
CONDIÇÕES DA OBRA

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (Nº DO CNPJ) _____, sediada
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE
PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA que, por livre e espontânea vontade, e sob total
responsabilidade própria, optou por não realizar visita técnica ao local da obra, conforme oportunidade
oferecida pelo Departamento Estadual de Trânsito. DECLARA ainda que assume todos os riscos
inerentes da não realização da visita técnica, como também que a ausência daquele procedimento não
prejudicou a elaboração da Proposta Comercial. DECLARA não alegar, posteriormente, qualquer
desconhecimento ou fato relativo às condições do local da obra, a qualquer título perante ao
Departamento Estadual de Trânsito.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 02

REQUERIMENTO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO
PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(NOME DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OU SÓCIOS E DEMAIS
QUALIFICAÇÕES) _____, da empresa
(NOME DA EMPRESA E CNPJ) _____,
com sede à (ENDEREÇO DA EMPRESA) _____, na cidade de
_____, Estado de _____, para fins de
participação na TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, vem DECLARAR que o movimento da
Receita Bruta Anual da empresa não excede o limite fixados no art. 3º da Lei Complementar nº
123/2006, e enquanto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte vem REQUERER tratamento
diferenciado conforme previsto naquele Diploma Legal.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 03

DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 3º, §4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), titular do CNPJ nº (nº do CNPJ da empresa), enquanto constituída como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e para fins de participação na TOMADA DE PREÇO Nº XX/201X/DETRAN/MT, vem DECLARAR que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 04

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ) _____, sediada
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE
PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA, sob as penas da Lei, **que até a presente data inexistem
fatos impeditivos do direito de participar de licitações** no âmbito da Administração Pública Federal,
Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, como também DECLARA estar ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores dessa natureza.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 05

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ) _____, sediada
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE
PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA, sob as penas da Lei, **que não possui em seu quadro de
pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16
(dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos,
nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição da República de 1988.**

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 06

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES ESTADUAIS NO QUADRO DE PESSOAL

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ) _____, sediada
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE
PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA, sob as penas da Lei, **que não possui, em seu quadro de
pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo do Governo do
Estado de Mato Grosso, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou
societárias.**

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 07

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E OBRA

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (Nº DO CNPJ) _____, sediada (ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA que **tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações**, objeto desta licitação, conforme descrição do Edital e seus anexos, encontrando-se inteirada das condições físicas, dos materiais e dos insumos necessários à execução da obra, bem como do grau de complexidade ou dificuldade existente; e DECLARO não alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento ou fato relativo às condições do local da obra, ainda que não tenha realizado, por livre e espontânea vontade, visita ao local da obra.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 08

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ) _____, sediada (ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE PREÇO Nº XX/201X/DETRAN/MT, indica o Senhor(a) (NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO) _____, (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade n.º (Nº DOCUMENTO) emitido por (ÓRGÃO EMISSOR/ESTADO), e do C.P.F. n.º (Nº DO CPF), residente à (ENDEREÇO COMPLETO, CIDADE/ESTADO), inscrito sob n.º (N.º DO CREA OU CAU) no (CREA OU CAU/ESTADO), pertencente ao quadro permanente da empresa, como Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto da licitação.

O Responsável Técnico, supra indicado e pertencente ao quadro permanente da empresa, DECLARA, expressamente, sua disponibilidade profissional para a execução dos serviços da licitação.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

(Nome, identidade e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 09

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (Nº DO CNPJ) _____, sediada
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE
PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA que vistoriou o local onde serão executados os serviços
constantes no objeto deste Certame e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias ao
cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

(Nome, identidade e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 10

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA COMERCIAL

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (Nº DO CNPJ) _____, sediada (ENDEREÇO COMPLETO) _____, em cumprimento ao Edital da TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, DECLARA, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **que:**

a) A proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, foi elaborada de maneira independente, e a intenção de apresentá-la, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer outro meio ou por qualquer pessoa.

b) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT** quanto a participar ou não da referida licitação.

c) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT** não foi e nem será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido, nem recebido ou fornecido, com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação; como também não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante do Departamento Estadual de Trânsito, antes da abertura oficial das propostas.

d) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 11

TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL

A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser apresentada por meio de Termo específico, a ser redigido em papel timbrado do Licitante, incluindo endereço postal completo, número de telefone, fax e correio eletrônico, e com o seguinte teor:

Á
Comissão Permanente de Licitação - CPL
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT
TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**
Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital da TOMADA DE PREÇO Nº **XX/201X/DETRAN/MT**, **apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa Proposta Comercial para Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia e arquitetura para revitalização e ampliação do Complexo da Sede do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros e omissões que venham a ser detectados quando de sua verificação.

O **nosso preço total global** para a execução dos serviços previstos no Edital em epígrafe **é de R\$ (VALOR EM NÚMEROS ARÁBICOS) (POR EXTENSO)**, de acordo com a planilha de preço em anexo.

O prazo de execução dos serviços é de **(Nº DE MESES) (POR EXTENSO)** meses consecutivos a partir da data de assinatura do contrato.

O prazo de validade dessa proposta é de **(Nº DE DIAS) (POR EXTENSO)** dias corridos contados a partir da data de entrega da mesma.

Declaramos que em nosso preço já estão computados, seguros em geral, encargos da legislação trabalhista e previdenciária, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total dos serviços, bem como nosso lucro e demais elementos constantes do Edital. Declaramos ainda, nosso pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em epígrafe e nossa inteira concordância com as condições constantes do Edital e seus anexos.

Dados Bancários _____.

Atenciosamente,

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 12

PLANILHA DE PREÇOS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
ITEM	E T A P A S	VALOR	%
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.0	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO		
3.0	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO - PCMAT		
4.0	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
5.0	RETIRADAS E DEMOLIÇÕES		
6.0	ESTRUTURA EM CONCRETO		
7.0	PAREDES E PAINÉIS DE VEDAÇÃO		
8.0	COBERTURA		
9.0	IMPERMEABILIZAÇÕES		
10.0	REVESTIMENTO E ACABAMENTO		
11.0	PAVIMENTAÇÃO		
12.0	ESQUADRIAS		
13.0	FORRO		
14.0	VIDROS		
15.0	ACABAMENTOS E ARREMATES		
16.0	PINTURAS		
17.0	URBANIZAÇÃO		
18.0	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL		
19.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIOS		
20.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
21.0	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO		
22.0	SPDA - SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGA ATMOSFÉRICA		
23.0	SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO		
24.0	FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS (BDI INTERMEDIACÃO = 15,60%)		
25.0	LIMPEZA GERAL		
Importa o presente orçamento em R\$ X.XXX.XXX,00 (VALOR POR EXTENSO)			

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
Item	Origem	Código	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	VALOR UNIT.		VALOR TOTAL	
						S/BDI	C/BDI	S/BDI	C/BDI
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES								(VALOR DO ITEM)	(VALOR DO ITEM)
1.1	SINFRA	CB0201	LIGACAO PROVISORIA DE AGUA PARA OBRA E INSTALACAO SANITARIA PROVISORIA, PEQUENAS OBRAS - INSTALACAO MINIMA	un	1,00				
1.2	SINFRA	CB0205	LIGACAO PROVISORIA DE LUZ E FORCA PARA OBRA - INSTALACAO MINIMA	un	1,00				
1.3	SINFRA	CA0015	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m ²	6,00				
1.4	SINFRA	CB0222	LOCACAO DA OBRA, EXECUCAO DE GABARITO	m ²	1.310,00				
TOTAL GERAL GLOBAL								R\$	R\$

(LOCAL E DATA).

 (Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 13

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO		DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO				UNIDADE	
87495		Alvenaria de Vedação de Blocos Cerâmicos Furados na Horizontal de 9x19x19cm (Espessura 9 cm) de Paredes com Área Líquida Menor que 6m² Sem Vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira.				M²	
TIPO ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	
Composição	87292	Argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia média) para emboço/massa única/assentamento de alvenaria de vedação, preparo mecânico com betoneira 400 l.	M3	0,0098000	346,42	3,39	
Insumo	22	ACO CA-25, 6,3 mm, vergalhão	KG	0,3700000	5,21	1,93	
Composição	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	1,6900000	14,40	24,34	
Composição	88316	Servente com encargos complementares.	H	0,8450000	10,58	8,94	
Insumo	7266	Bloco Cerâmico (Alvenaria de vedação), de *9 X 19 X 19* cm	Milheiro	0,0279300	480,00	13,41	
Insumo	7324	Resina Base Epoxi	KG	0,0070000	35,79	0,25	
Total						52,26	

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 15

DETALHAMENTO DA BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS (BDI/LDI)

IMPOSTOS E TAXAS	INCIDÊNCIA	
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	% DE PV	% SOBRE CD
Administração Central
Custos Financeiros
Riscos
Seguros e Garantias Contratuais
SUB-TOTAL
LUCRO	% SOBRE PV	% SOBRE CD
Lucro Operacional
SUB-TOTAL
LDI SEM IMPOSTOS
TAXAS E IMPOSTOS	% SOBRE PV	% SOBRE CD
PIS
COFINS
ISSQN (ISS CUIABÁ 5% SOBRE 40% DE M.O.)
SUB-TOTAL
LDI COM IMPOSTOS
CUSTO DIRETO
PREÇO DE VENDA
LDI FINAL COM IMPOSTOS
LEGENDA: PV = Preço de Venda CD = Custo Direto SELIC = %aa ADMINISTRAÇÃO = Administração Central + Administração Local		

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MODELO 16

ESCALA SALARIAL DE MÃO-DE-OBRA

COMPOSIÇÃO			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALÁRIO	
		HORISTA (R\$)	MENSALISTA (R\$)
XX	XXXXXX	XXX	XXXX
XX	XXXXXX	XXX	XXXX
XX	XXXXXX	XXX	XXXX

(LOCAL E DATA).

 (Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)